

OEA critica desigualdades e violência

Lauro Rutkowski
da equipe do **Correio**

A Organização dos Estados Americanos (OEA) concluiu: o poder público brasileiro está se esforçando para combater as violações dos direitos humanos, mas ainda está longe de garantir dignidade aos camponeses, futuro às crianças e adolescentes, respeito aos negros e índios, vida às testemunhas de crimes e punição aos maus agentes da lei. O documento da OEA será divulgado oficialmente hoje em Washington e recomenda mais "vontade política" para combater as violações dos direitos humanos no Brasil.

Elaborado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, com informações colhidas junto aos governos e organizações não-governamentais de 1995 até começo de 1997, o relatório mostra especial preocupação com os menores de idade e lamenta a sua participação excessiva no mercado de trabalho.

Segundo o documento, três milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalham, o que equivale a 4,6% da força de trabalho do Brasil. A OEA também critica a falta de assistência aos menores de rua ou na rua, que correm o risco de serem executados.

Para coibir este extermínio de

crianças e adolescente e também execuções sumárias de maiores de idade, a comissão recomenda que o governo brasileiro crie uma comissão permanente para investigar os esquadrões da morte.

CONTROLE

Baseada em dados oficiais de 14 estados em 1994; a comissão concluiu que há necessidade de um controle externo do aparato de segurança, com participação direta da sociedade civil em auditorias e sindicâncias. Os números mostram que, naquele ano, houve 6.994 homicídios nestes estados, sendo que em metade a autoria foi descoberta. Nestes 3,5 mil homicídios, 8% foram cometidos por policiais e 4% por esquadrões da morte.

O relatório da OEA critica a concentração de terras e lamenta que 47% delas esteja nas mãos de 1% dos proprietários. O documento também ataca o racismo e lembra que existem poucos parlamentares e dirigentes governamentais negros. As desigualdades de raça e sexo são mais evidentes no mercado de trabalho: um trabalhador branco ganha 2,5 vezes mais que um negro e 4,5 vezes mais que uma negra.

Com alguns dados defasados e sem qualquer referência à matança

de 19 sem-terra em Eldorado de Carajás em abril de 1996, o relatório foi assimilado sem sustos pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori.

GOVERNO

Segundo o porta-voz interino da Presidência, George Lamaziere, o presidente tomou conhecimento do relatório pela imprensa e afirmou que o governo tem incrementado os investimentos em educação de base, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos, para conscientizar a sociedade e as autoridades sobre o tema. O porta-voz lembrou que o governo auxiliou a comissão da OEA e que em nenhum momento teve como objetivo esconder as mazelas do Brasil.

O secretário nacional de Direitos Humanos reconheceu a veracidade em informações, concordou com as observações da comissão e afirmou que várias sugestões da OEA já estão em prática. "Não há, rigorosamente, nenhuma novidade no relatório da OEA", disse Gregori.